

SOUL VILA VELHA S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2023

SOUL VILA VELHA S.A.

Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2023

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos  
Diretores da  
Soul Vila Velha S.A.  
Ponta Grossa - PR

### Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Soul Vila Velha S.A. ("Soul Vila Velha"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de três e seis meses findos naquela data e as demonstrações das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Soul Vila Velha S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Soul Vila Velha S.A. ("Companhia"), de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Outros assuntos

No parecer das demonstrações exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, emitida em 16 de março de 2023, a empresa possuía uma ressalva referente ajustes de 2021 que afetaram o resultado de 2022.

### Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Soul Vila Velha S.A. continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Soul Vila Velha S.A. ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Soul Vila Velha S.A.;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Soul Vila Velha S.A. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Soul Vila Velha S.A. a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ponta Grossa, 14 de março de 2024.

# SOUL VILA VELHA S.A.

Balancos patrimoniais  
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)			
	Nota explicativa	2023	2022		Nota explicativa	2023	2022
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	2.031	1.632	Outorga variável a pagar	12	83	84
Contas a receber	6	352	523	Fornecedores	13	192	83
Impostos a recuperar	7	93	66	Empréstimos e financiamentos	14	4.561	4.951
Estoques	8	126	32	Obrigações trabalhistas	15	356	782
Empréstimos a partes relacionadas	9	-	457	Obrigações tributárias	15	208	25
Despesas antecipadas		16	9	Outros débitos		170	252
Outros créditos		25	30			5.570	6.177
		2.643	2.749	Não circulante			
Não circulante				Outros débitos		-	107
Outros créditos		891	-	Empréstimos e financiamentos	14	5.783	4.204
Imobilizado	10	7.725	1.228			5.783	4.311
Intangível	11	-	4.030	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	18		
		8.616	5.258	Capital social		9.650	9.650
				Capital social a integralizar		-	(1.633)
				Adiantamento para futuro aumento de capital		3.923	-
				Prejuízos acumulados		(13.667)	(10.498)
						(94)	(2.481)
Total do ativo		11.259	8.007	Total do passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)		11.259	8.007

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# SOUL VILA VELHA S.A.

## Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	2023	2022
Receita líquida de serviços	19	6.162	4.825
(-) Custos dos serviços prestados	20	(5.441)	(5.805)
(=) Prejuízo bruto		721	(980)
(+/-) Despesas operacionais			
Gerais e administrativas	21	(2.109)	(2.026)
(=) Prejuízo operacional antes do resultado financeiro		(1.388)	(3.006)
Receitas financeiras		301	113
Despesas financeiras		(1.841)	(1.144)
(=) Resultado financeiro líquido	22	(1.540)	(1.031)
Outras receitas e despesas		(241)	152
(=) Prejuízo do exercício		(3.169)	(3.885)
Prejuízo por ação		(0,33)	(0,40)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# SOUL VILA VELHA S.A.

## Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

---

	2023	2022
(=) Prejuízo do exercício	(3.169)	(3.885)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do período	<u>(3.169)</u>	<u>(3.885)</u>

---

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

---

# SOUL VILA VELHA S.A.

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Capital social			Prejuízos acumulados	Total
	Capital social	Capital social a integralizar	Adiantamento para futuro aumento de capital		
Saldos em 31 de dezembro de 2021 (passivo a descoberto)	800	-	-	(6.613)	(5.813)
Integralização de capital	8.850	-	-	-	8.850
Prejuízo do período	-	(1.633)	-	(3.885)	(5.518)
Saldos em 31 de dezembro de 2022 (passivo a descoberto)	9.650	(1.633)	-	(10.498)	(2.481)
Integralização de capital	-	1.633	-	-	1.633
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	3.923	-	3.923
Prejuízo do período	-	-	-	(3.169)	(3.169)
Saldos em 31 de dezembro de 2023 (passivo a descoberto)	9.650	-	3.923	(13.667)	(94)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# SOUL VILA VELHA S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	2023	2022
(=) Prejuízo do exercício	(3.169)	(3.885)
Itens que não afetam o caixa operacional		
Juros incorridos sobre empréstimos	1.548	759
Depreciação	284	100
	(1.337)	(3.026)
Aumento/(diminuição) das contas de ativo e passivo		
Contas a receber	171	(367)
Impostos a recuperar	(27)	(45)
Estoques	(94)	(14)
Despesas antecipadas	(7)	4
Outros créditos	(886)	5
Fornecedores	109	(131)
Outorga variável a pagar	(1)	12
Obrigações trabalhistas	(426)	174
Obrigações tributárias	183	(19)
Outros débitos	(189)	144
Caixa líquido das atividades operacionais	(2.504)	(3.263)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(6.781)	(262)
Baixa de imobilizado	-	53
Intangível em andamento - Obras	4.030	(766)
Caixa líquido das atividades de investimentos	(2.751)	(975)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Integralização de capital social	1.633	7.217
Adiantamento para futuro aumento de capital	3.923	-
Captação de empréstimos	4.200	-
Pagamento de empréstimos	(3.442)	(3.717)
Pagamento de juros	(1.117)	(764)
Empréstimos com pessoas ligadas	457	646
Caixa líquido das atividades de financiamentos	5.654	3.382
Aumento líquido/(diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	399	(856)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.632	2.488
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2.031	1.632
Aumento líquido/(diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	399	(856)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## 1. Contexto operacional

A SOUL VILA VELHA S.A. (“Companhia”), sociedade anônima fechada, é uma SPE (sociedade de propósito específico) e tem como objeto social executar as atividades previstas no objeto do contrato de concessão onerosa de obra no Parque Vila Velha, processo SEDEST (Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo - Estado do Paraná), contrato nº 001/2020-IAT-concorrência pública nacional nº 001/2019-IAP, sob o contrato de Concessão de Concessão de uso para exploração do Parque Estadual de Vila Velha - PEVV, tendo como principais objetivos:

- (i) Venda de ingressos de entrada e dos atrativos, com implantação e gestão da emissão e cobrança de bilhetes;
- (ii) Implantação e gestão de Instalações, Espaços e Serviços de Controle e Cobrança de estacionamento veicular;
- (iii) Implantação e gestão do serviço de transporte interno;
- (iv) Implantação e gestão de serviços de alimentação;
- (v) Gestão do centro de visitantes;
- (vi) Gestão da loja de conveniências;
- (vii) Monitoramento do uso público nas trilhas e nos atrativos;
- (viii) Manutenção das estruturas na área da concessão;
- (ix) Implantação e gestão do sistema de segurança patrimonial e
- (x) Gestão dos encargos na área da concessão, nos termos do caderno de encargos.

### 1.1. Planos da Administração

Desde a concepção do plano de negócios, os primeiros anos estão sendo dedicados aos investimentos de modernização do parque e implantação de novos atrativos, sendo previstos prejuízos anuais até 2026. Para os investimentos necessários, contamos com aportes dos acionistas e, principalmente, com a captação de recursos via instituições bancárias. A expectativa de lucro a partir de 2027 está em consonância com as práticas e tendências de mercado do setor em que atuamos. A concessão do parque Vila Velha tem vigência de 30 anos e iniciou em Set/2020. No último ano de gestão Estatal, o parque recebeu 20 mil visitantes, com receita percapta de R\$ 20,00. Em 2023, após parte das transformações terem sido implementadas, o parque Vila Velha registrou 80 mil visitantes, com receita percapta de R\$ 107,65. Ainda assim, a transformação completa da primeira fase de concessão do parque Vila Velha ocorrerá no ano de 2025, com a inauguração do Elevador em uma de suas Furnas.

## 2. Apresentações das demonstrações contábeis

### 2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ('CPC') e aprovadas por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade ('CFC').

As presentes demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração da Companhia em 12 de março de 2024.

### 2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma.

### 2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das suas demonstrações contábeis. Todas as demonstrações contábeis apresentadas foram arredondadas para milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

### 2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de escolha e aplicação das políticas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre estimativas referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis referem-se a:

- Análise e teste de recuperabilidade de ativos;

- Determinação de vidas úteis do ativo imobilizado;
- Provisão para demandas judiciais.

## 2.5. Continuidade operacional

Em 2023, o parque Vila Velha realizou EBITDA positivo de R\$ 139 mil. Em 2024, a previsão é realizar EBITDA de R\$ 250 mil, seja por crescimento orgânico de demanda ainda em fase pré implantação do Elevador, seja por redução de custos. O CAPEX para conclusão das obras está garantido por liberação de tranches do BRDE de R\$ 5,8 M e plano de aportes de até R\$ 10,5 M. A partir de 2025, nossas projeções, fundamentadas com base em mais de 20 anos de gestão de parque no Brasil, é de CAGR de crescimento de visitação de 9,5% a 12,0% nos primeiros 5 anos e de 0,7% a 1,2% nos 5 anos posteriores. O aumento da visitação, aliada a captação de 20% dos visitantes para o novo atrativo com ticket inicial de R\$ 55,00, são os dois fatores principais para a viabilização do projeto.

O modelo de negócios do plano de concessão previa payback simples em 10,3 anos, TIR do projeto de 13,0% e TIR do acionista de 15,4%. Em nossas projeções, do cenário conservador ao otimista, estimamos realizar payback de 10,2 a 9,7 anos, TIR do projeto de 16,2% a 18,6% e TIR do acionista de 15,7% a 19,2%. Em todos os cenários projetamos obter Resultado Líquido positivo em 2027 e reversão do resultado acumulado entre 2032 e 2034.

## 3. Resumo das principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

### 3.1. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Companhia.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação dos serviços no curso normal das atividades da Companhia e é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

### Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras são reconhecidas na demonstração do resultado conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros, e incluem principalmente os rendimentos de aplicações financeiras, ao passo que as despesas financeiras compreendem basicamente as tarifas bancárias.

### 3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e investimentos financeiros de curto prazo com resgate em até 90 dias da data da aplicação e considerados de liquidez imediata e conversíveis em um montante conhecido de caixa, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

### 3.3. Contas a receber de clientes

Correspondem aos valores a receber de clientes, decorrentes das prestações de serviços no curso normal das atividades da Companhia, estão avaliadas no momento inicial, pelo valor presente, e deduzidas da perda esperada para créditos de liquidação duvidosa. A Companhia efetuou o cálculo do valor presente para o período findo em 31 de dezembro de 2023 considerando que os saldos são liquidados em curto espaço de tempo, os efeitos não foram materiais e, portanto, a Companhia não registrou os referidos montantes.

A perda esperada para créditos de liquidação duvidosa é constituída, em montante suficiente, para cobrir as possíveis perdas na realização das contas a receber de clientes. A administração da Companhia realiza uma avaliação individual dos créditos, a análise da conjuntura econômica e o histórico de perdas registradas, por faixa de vencimento e títulos amparados por garantias.

### 3.4. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

#### Ativos financeiros

#### Classificação, reconhecimento e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: (a) ao custo amortizado, (b) mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente e (c) mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

(a) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

São ativos financeiros mantidos pela Companhia (i) com o objetivo de recebimento de seu fluxo de caixa contratual e não para venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Compreende o saldo de caixas e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros créditos. Suas variações são reconhecidas no resultado do período, na rubrica "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", dependendo do resultado obtido.

(b) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente

São ativos financeiros mantidos pela Companhia (i) tanto para o recebimento de seu fluxo de caixa contratual quanto para a venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Além disso, os investimentos em instrumentos patrimoniais onde, no reconhecimento inicial, a Companhia optou por apresentar as alterações subsequentes do seu valor justo em outros resultados abrangentes, são classificados nessa categoria.

Suas variações são reconhecidas no resultado do período, na rubrica "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", dependendo do resultado obtido, exceto pelo valor justo dos investimentos em instrumentos patrimoniais, que são reconhecidos em outros resultados abrangentes.

(c) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São classificados nessa categoria, os ativos financeiros que não sejam mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

## Passivos financeiros

### Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado ou empréstimos e financiamentos. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem empréstimos, financiamentos e fornecedores.

### Mensuração subsequente

- A mensuração dos passivos financeiros empréstimos e financiamentos são da seguinte forma: Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivas.

### Instrumentos financeiros - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

## 3.5. Imobilizado e intangível

### Reconhecimento e mensuração

Os itens do imobilizado/intangível são registrados ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido de depreciação/amortização.

O custo do imobilizado/intangível inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens, inclusive, se aplicável, serviços necessários e custos incorridos para colocação do bem produtivo em operação. Também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição dos ativos.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que tais custos possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício quando incorridos, apropriados como custos de produção.

Um item do imobilizado/intangível é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o produto da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

#### Depreciação

A depreciação é computada pelo método linear, pelas taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 10, levando em consideração a vida útil estimada de cada bem, para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada. Os terrenos não são depreciados. Os valores residuais, a vida útil estimada e o método de depreciação são revisados nas datas dos balanços, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

#### 3.6. Redução ao valor recuperável

Os ativos imobilizado e intangível têm seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor.

Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável ou baixa contra os custos do projeto.

#### 3.7. Contas a pagar, benefícios e encargos sociais

As contas a pagar, principalmente aos fornecedores, são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Os valores relativos às férias devidas aos funcionários estão provisionados proporcionalmente ao período aquisitivo e incluem os correspondentes encargos sociais.

As obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado é prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em virtude de serviço prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

### 3.8. Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados a valor presente, calculados transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

### 3.9. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

A provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas é registrada tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido e é constituída em montantes considerados suficientes para cobrir perdas prováveis.

A provisão é quantificada ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, usando a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo, e atualizada até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observada sua natureza e com base na opinião dos assessores legais da Companhia.

### 3.10. Imposto de Renda e Contribuição Social impostos correntes

A provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício. O Imposto de Renda e a Contribuição Social são calculados às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente.

A despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social correntes é calculada com base nas leis e nos normativos tributários promulgados nas datas dos balanços, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a regulamentação tributária aplicável está sujeita à interpretação eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar ao Fisco.

### 3.11. Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse).

No ano de 2023 a Companhia aderiu a Lei nº 14.148, de 3 de maio de 2021, que instituiu o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse) que dispõe sobre a aplicação do benefício fiscal previsto no artigo 4º da referida Lei, que instituiu o PERSE:

Art. 4º Ficam reduzidas a 0% (zero por cento) pelo prazo de 60 (sessenta) meses, contado do início da produção de efeitos desta Lei, as alíquotas dos seguintes tributos incidentes sobre o resultado auferido pelas pessoas jurídicas de que trata o art. 2º desta Lei:

- I Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Contribuição PIS/Pasep);
- II Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS);
- III Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL); e
- IV Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ).

### 3.12. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estraram em vigor em 31 de dezembro de 2023

Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber:

- a) Alterações na norma IFRS 16/CPC 06 (R2): acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e *leaseback*, que satisfazem as exigências da IFRS 15/CPC 47 - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024;
- b) Alterações na norma IAS 1/CPC 26: esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024;
- c) Alterações na norma IAS 1/CPC 26: esclarece que apenas *covenants* a serem cumpridos em ou antes do final do período do relatório, afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024;

- d) Alterações na IAS 7/CPC 03 (R2) e IFRS 7/CPC 40 (R1): esclarece entidade deve divulgar os acordos de financiamento de fornecedores, com informações que permitem aos usuários das demonstrações contábeis avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024;
- e) Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2): exigem a divulgação de informações que permitam aos utilizadores das demonstrações contábeis compreender o impacto de uma moeda não ser cambiável - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2025;

Atualmente, a Companhia está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. A Companhia avaliará o impacto das alterações finais à IAS 1 na classificação de seus passivos uma vez que as mesmas são emitidas pelo IASB. A Companhia não acredita que as alterações à IAS 1, na sua forma atual, terão um impacto significativo na classificação de seus passivos, uma vez que o recurso de conversão em seus instrumentos de dívida conversível é classificado como um instrumento patrimonial e, portanto, não afeta a classificação de sua dívida conversível como passivo não circulante.

Não se espera que essas alterações tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo.

#### 4. Gestão de riscos e instrumentos financeiros

##### 4.1. Considerações gerais

A Companhia contrata operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais e financeiras.

A gestão desses instrumentos financeiros é realizada por meio de políticas, definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, sendo monitorada pela Administração da Companhia.

Os procedimentos de tesouraria definidos pela política vigente incluem rotinas mensais de projeção e avaliação da exposição financeira da Companhia, nas quais se baseiam as decisões tomadas pela Administração.

#### 4.2. Gestão de risco financeiro

##### a) Fatores de risco financeiro

A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos, periodicamente, os limites de crédito e a qualidade das contrapartes.

A área de Finanças e Controladoria examina e revisa as informações relacionadas ao gerenciamento de risco, incluindo as políticas, os procedimentos e as práticas aplicadas no gerenciamento de risco:

##### i) Risco de crédito

A política de vendas da Companhia está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis e a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócio e limites individuais de posição, são procedimentos adotados para minimizar eventuais riscos de inadimplência das contas a receber.

##### ii) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas pela área de Finanças.

##### b) Gestão de capital

Os objetivos principais da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do negócio para oferecer retorno aos seus sócios, além de proporcionar melhor gestão de caixa para assegurar disponibilidade de linhas de crédito, visando fazer face à manutenção da liquidez e obter o menor custo de captação de recursos na combinação de capital próprio ou de terceiros.

#### 4.3. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Empresa, estão descritas a seguir. A Empresa pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. A Empresa ainda está avaliando os impactos dessas alterações para as futuras demonstrações financeiras.

- Alterações ao CPC 26 (R1) - Classificação do Passivo como Circulante ou Não Circulante e - Passivo Não Circulante com Covenants;

As alterações, emitidas em 2020 e 2022, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos não circulantes que estão sujeitos a covenants futuros. As alterações se aplicam se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024.

- Alterações ao CPC 03 e CPC 40- Acordos de Financiamento de Fornecedores ("risco sacado");

As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores ("Risco Sacado") que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. As alterações se aplicam a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024.

- Alterações ao CPC 06 (R2) - Passivo de arrendamento em uma transação de "Sale and Leaseback";

As alterações afetam a forma como um vendedor-arrendatário contabiliza os pagamentos variáveis de arrendamento que surgem em uma transação de "sale and leaseback". As alterações introduzem um novo modelo de contabilidade para pagamentos variáveis e exigirão que o vendedor-arrendatário reavalie e, potencialmente, rerepresente as transações de "sale and leaseback" realizadas desde 2019. As alterações se aplicam a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024.

- Alterações ao CPC 02 - Ausência de conversibilidade.

As alterações propõem que as empresas usem uma taxa de câmbio com base em sua melhor estimativa, em vez de usar uma taxa oficial inacessível, devendo essa estimativa refletir a taxa à vista na qual uma transação de câmbio ordenada ocorreria na data de mensuração entre os participantes do mercado sob as condições econômicas vigentes. As alterações não contêm requisitos específicos para a estimativa de uma taxa à vista. Sendo sua aplicabilidade para períodos anuais com início ou após 1º de janeiro de 2025.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Em milhares de Reais)

## 5. Caixa e equivalentes de caixa

	2023	2022
Caixa	24	22
Banco conta movimento	45	85
Aplicações financeiras	1.962	1.525
	<u>2.031</u>	<u>1.632</u>

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários e títulos emitidos e compromissados pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita financeira.

## 6. Contas a receber

	2023	2022
Aluguel a receber de arrendatários	47	194
Operadoras de Cartão de Crédito	305	329
	<u>352</u>	<u>523</u>

## 7. Impostos a recuperar

	2023	2022
PIS a recuperar	7	7
COFINS a recuperar	31	31
IRRF s/ aplicação financeira	28	24
Saldo negativo de IRPJ	27	4
	<u>93</u>	<u>66</u>

## 8. Estoques

	2023	2022
Estoque Loja Vila Velha	126	32
	<u>126</u>	<u>32</u>

## 9. Empréstimos partes relacionadas

	2023	2022
Empréstimo a partes relacionadas	-	457
	<u>-</u>	<u>457</u>

O saldo de 2022 refere-se despesas pagas para a parte relacionada Soul Aparecida S.A. com o pagamento do reembolso feito em janeiro de 2023.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Em milhares de Reais)

## 10. Imobilizado

## a. Composição do saldo contábil

	Tx. Depreciação	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	
				2023	2022
Máquinas e equipamentos	10%a.a.	818	(238)	580	596
Equipamentos de informática	20%a.a.	248	(138)	110	127
Licença de software	20%a.a.	356	(216)	140	211
Móveis e utensílios	10%a.a.	142	(29)	113	111
Placas de sinalização	10%a.a.	156	(41)	115	131
Benfeitorias em bens móveis	10% a.a.	66	(11)	55	52
Benfeitorias em propriedades de terceiros	*	6.670	(58)	6.612	-
Total		8.456	(731)	7.725	1.228

\* A depreciação do grupo Benfeitorias em propriedades de terceiros será calculada pela diferença de meses da sua aquisição aos meses restantes para o final do Contrato de Concessão (fevereiro de 2050).

## b. Movimentação do ativo imobilizado

	2022	Adições	Transferências	(-) Baixas	(-) Depreciação	2023
Máquinas e equipamentos	596	59	-	-	(75)	580
Equipamentos de informática	127	28	-	-	(45)	110
Licença de software	211	-	-	-	(71)	140
Móveis e utensílios	111	15	-	-	(13)	113
Placas de sinalização	131	-	-	-	(16)	115
Benfeitorias em bens móveis	52	9	-	-	(6)	55
Benfeitorias em propriedades de terceiros	-	-	6.670	-	(58)	6.612
Total	1.228	111	6.670	(216)	(284)	7.725

## 11. Intangível

## a. Composição do saldo contábil

	Custo	Transferências	Líquido	
			2023	2022
Obras de concessão	-	-	-	4.030
	-	-	-	4.030

## b. Movimentação do ativo intangível

	2022	Adições	Transferências	2023
Obras em concessão	4.030	2.640	(6.670)	-
Total	4.030	2.640	(6.670)	-

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Em milhares de Reais)

---

Ao longo do ano de 2023, os valores do intangível de R\$ 6.670 referem-se a pagamento de estudos e projetos, além das despesas com as obras necessárias para a exploração do PEVV, as quais foram concluídas e transferidas para o Ativo Imobilizado na rubrica de benfeitorias em imóveis de terceiros.

O ativo intangível é registrado com base nos expostos no ICPC 01 e OCPC 05, que tratam da questão de contratos de concessão. Segundo o item 14 do referido OCPC na linha de entendimento de que o direito de outorga e a correspondente obrigação nascem na assinatura do contrato, a concessão representa um negócio de longo prazo, que passa por processo licitatório, envolve projetos de financiamento, garantias e definição de tarifa, portanto, fatores que indicam um contrato de longa duração em que as partes demonstram intenção e condição de executá-lo integralmente.

Assim sendo, é considerado que os fatos e as circunstâncias indicam que não se trata de um contrato de execução, mas a aquisição de um direito de exploração, a aquisição de uma licença para operar por prazo determinado, haja vista entender-se que o poder concedente performou sua parte no contrato ao dar o acesso e o direito à exploração do objeto da concessão, enquanto o concessionário não performou a sua parte. A Companhia, por contrato, deve pagar apenas a outorga variável (15,2% da receita operacional bruta), registrando esses valores como despesa do período concomitantemente à receita que o tenha originado, conforme determinado pela última parte do item 28 do OCPC 05.

## 12. Outorga variável a pagar

A Rubrica "Outorga variável a pagar", registrada no valor de R\$ 83 no passivo circulante em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 84 em 2022), refere-se ao valor de Outorga variável a ser pago referente ao valor percentual de 15,2% (quinze vírgula dois pontos percentuais) da Receita Operacional Bruta do mês de dezembro de 2023 de acordo com o previsto na Proposta Comercial elaborada pela Companhia para participação da licitação.

## 13. Fornecedores

	2023	2022
Fornecedores	<u>192</u>	<u>83</u>
	<u>192</u>	<u>83</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Em milhares de Reais)

## 14. Empréstimos e financiamentos

	30/06/2023	2022
Banco Itaú	4.895	7.293
Banco ABC	844	1.862
Banco BRDE	4.605	-
	<u>10.344</u>	<u>9.155</u>
Circulante	4.561	4.951
Não circulante	5.783	4.204
	<u>10.344</u>	<u>9.155</u>

Os empréstimos obtidos junto às instituições financeiras referem-se à:

## a) Banco Itaú

- Cédula de crédito bancário intermediada pelo Banco Itaú utilizado para capital de giro.

Os juros incidentes são CDI-Over acrescidos de 0,88% de juros fixos ao mês, acrescido flutuação acumulada, com base em 100% da Taxa de Referência: CDI-Over, incidente sobre o valor de cada uma das parcelas da dívida.

- Banco: Banco Itaú;
- Valor principal: R\$ 10.000;
- Tx.mensal: 0,88%;
- Tx. Anual: 11,08%;
- Emissão: 01/07/2020;
- Vencimento: 01/07/2025;
- Dias: 1826;
- Capitalização: Diária;
- Número de prestações: 48;
- Carência: 12 meses;
- Valor parcela principal: Periodicidade não uniforme;
- Saldo devedor atual: R\$ 4.895.

A Companhia possui no contrato "covenants" referente a pagamentos em atrasos, ações judiciais e as seguintes cláusulas de desempenho:

- A dívida bruta total (soma dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos) deve ser mantida em valor igual ou inferior a R\$ 10.000 em 2021, R\$ 9.000 em 2022, R\$ 7.000 em 2023, R\$ 5.000 em 2024, R\$ 3.000 em 2025 e R\$ 1.000 a partir de 2016;
- Os acionistas devem realizar aporte de capital anual mínimo de R\$ 6.000 em 2021 e R\$ 1.500 em 2022 e 2023;

- Vedada a distribuição de dividendos pagamento de juros sobre o capital próprio, redução de capital ou ainda efetuar quaisquer outros pagamentos / empréstimos a seus respectivos acionistas e outras sociedades pertencentes ao mesmo grupo econômico.

As penalidades ao não cumprimento desses “covenants” é a mesma aplicada no mercado financeiro em geral, ou seja, não sendo respeitados esses limitadores, o vencimento da dívida passa a ser antecipado, devendo ser reclassificada para o passivo circulante. Em 2020 as cláusulas citadas acima não foram cumpridas, no entanto o banco emitiu waiver ao final do exercício informando que não exercerá o vencimento antecipado da dívida, de modo que a Companhia manteve a segregação do empréstimo entre curto e longo prazo, conforme vencimentos originais do contrato.

b) Banco ABC

- Cédula de crédito bancário intermediada pelo Banco ABC utilizado para capital de giro.

Os juros incidentes são CDI-Over acrescidos de 0,4472% de juros fixos ao mês, acrescido flutuação acumulada, com base em 100% da Taxa de Referência: CDI-Over, incidente sobre o valor de cada uma das parcelas da dívida.

- Banco: Banco ABC;
- Valor principal: R\$ 3.000;
- Tx.mensal pós CDI: 100%;
- Tx.mensal: 0,44720%;
- Tx. Anual: 5,50%;
- Emissão: 01/10/2020;
- Vencimento: 01/10/2024;
- Dias: 1461;
- Capitalização: Diária;
- Número de prestações: 48;
- Carência: 12 meses;
- Valor parcela principal: R\$ 83;
- Saldo devedor atual: R\$ 844.

O contrato firmado com o banco ABC não possui cláusulas de desempenho.

c) Banco BRDE

- Cédula de crédito bancário intermediada pelo Banco BRDE utilizado para capital de giro.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Em milhares de Reais)

Os juros incidentes são CDI-Over acrescidos de 0,4074% de juros fixos ao mês, acrescido flutuação acumulada, com base em 100% da Taxa de Referência: CDI-Over, incidente sobre o valor de cada uma das parcelas da dívida.

- Banco: Banco BRDE;
- Valor principal: R\$ 10.000.000,00;
- Tranches a liberar: R\$ 5.800.000,00;
- Tx.mensal pós CDI: 100%;
- Tx.mensal: 0,4074%
- Tx. Anual: 5,00%;
- Emissão: 18/04/2023;
- Vencimento: 15/11/2032;
- Dias: 3499;
- Capitalização: Diária;
- Número de prestações: 116;
- Carência: 32 meses;
- Valor parcela principal: R\$ 119;
- Saldo devedor atual: R\$ 4.605.

Os montantes em 31 dezembro de 2023 apresentam os seguintes cronogramas de vencimentos:

Anos	2023
2024	4.698
2025	2.567
2026	1.885
2027	1.815
2028 e seguintes	7.894
	<u>18.859</u>

Abaixo a movimentação dos saldos de empréstimos no exercício:

Banco	2022	Captações	Pagamentos de principal	Provisão de juros	Pagamento de juros	2023
Banco Itaú	7.293	-	(2.442)	949	(905)	4.895
Banco ABC	1.862	-	(1.000)	68	(86)	844
Banco BRDE	-	4.200	-	531	(126)	4.605
	<u>9.155</u>	<u>4.200</u>	<u>(3.442)</u>	<u>1.548</u>	<u>(1.117)</u>	<u>10.344</u>

## 15. Obrigações trabalhistas e tributárias

	2023	2022
Salários e encargos sociais	71	48
Provisão para férias e encargos sociais	118	100
Provisão de bônus e pagar	166	634
PIS e COFINS a recolher	-	-
Provisão PIS e COFINS a recolher PERSE	182	-
ISS a recolher	16	20
ISS retido a recolher	3	-
ICMS a recolher	5	3
IRRF e CSRF retido a recolher	3	2
	<u>564</u>	<u>807</u>

16. Provisão para contingências

A Companhia no curso normal de suas atividades está sujeita a processos judiciais de naturezas tributárias, trabalhistas e cível. A Companhia apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingência.

Na avaliação dos consultores jurídicos não há processos em andamento classificados como perda provável ou possível.

17. Remuneração do pessoal-chave

Em maio de 2023 houve o pagamento de bônus e gratificações referente as metas do ano de 2022 no valor de R\$ 648.

Não houve concessão de benefícios de longo prazo pós-emprego, plano de aposentadoria, de rescisão de contrato de trabalho nem remuneração baseada em ações aos administradores.

18. Patrimônio Líquido (passivo a descoberto)

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social da Companhia é de R\$ 9.650.

O capital social é composto 9.650.000 (nove milhões, seiscentas e cinquenta mil) ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente integralizado sendo a última integralização feita em 13 de dezembro de 2022.

No exercício foram feitos adiantamentos para futuro aumento de capital, em moeda corrente nacional, mediante depósito bancário pela acionista Soul Parques S.A., totalizando o valor de R\$ 3.923.264,81 (três milhões, novecentos e vinte e três mil, duzentos e sessenta e quatro reais e oitenta e um centavos) a serem integralizados em janeiro de 2024.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Em milhares de Reais)

## 19. Receita líquida de serviços

	2023	2022
Receita bruta de Serviços		
Prestação de serviços	5.561	4.571
Aluguéis e arrendamentos	496	349
Receita loja souvenir	369	208
	<u>6.426</u>	<u>5.127</u>
Deduções de vendas		
Devoluções e cancelamentos	7	(15)
Impostos sobre serviços	(271)	(287)
	<u>264</u>	<u>(302)</u>
Receita líquida	<u>6.162</u>	<u>4.825</u>

## 20. Custos dos serviços prestados

	2023	2022
Pessoal	(2.578)	(3.446)
Prestação de serviços	(1.216)	(1.469)
Outorga e fiscalização	(977)	(779)
Materiais e utilidades	(507)	(43)
Custo das mercadorias vendidas	(120)	(51)
Seguros	(43)	(17)
	<u>(5.441)</u>	<u>(5.805)</u>

A partir de julho de 2023, o Grupo passou a efetuar o rateio das despesas de pessoal referente a holding com a nova SPE Soul Aparecida S.A., motivo pelo qual consta redução de R\$ 868 mil em comparação com o ano anterior.

## 21. Despesas gerais e administrativas

	2023	2022
Serviços de terceiros	(710)	(928)
Viagens e estadias	(30)	(87)
Marketing e comunicação	(651)	(349)
Despesas diversas	(351)	(554)
Depreciação	(284)	(108)
	<u>(2.026)</u>	<u>(2.026)</u>

## 22. Resultado financeiro líquido

	2023	2022
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	239	77
Outras receitas financeiras	62	36
	<u>301</u>	<u>113</u>
Despesas financeiras		
Despesas bancárias	(127)	(67)
Juros e multas	(2)	(54)
Juros s/ empréstimos	(1.712)	(1.023)
	<u>(1.841)</u>	<u>(1.144)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(1.540)</u>	<u>(1.031)</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Em milhares de Reais)

---

## 23. Seguros (não auditado)

A Companhia adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados em montantes considerados suficientes pela Administração, levando em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura dos seguros, em valores de 31 de dezembro de 2023, é assim demonstrada:

<u>Item</u>	<u>Tipo de cobertura</u>	<u>Importância segurada</u>
Seguro garantia	Garantia do contrato de concessão Edital de Concorrência nº 001/2019 IAP	345
Seguro patrimonial	Seguro patrimonial contra danos incêndio, explosão e outros danos patrimoniais	1.400
Responsabilidade civil	Responsabilidade civil	300
		<u>2.045</u>